Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 1. Contexto operacional

A Construtora Tenda S.A. ("Companhia" ou "Tenda") é uma sociedade anônima, com sede na Rua Álvares Penteado, nº 61, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

As operações da Tenda e sociedades controladas compreendem a execução de obras de construção civil, a incorporação de imóveis, compra e venda de imóveis e a prestação de serviços de administração de construção civil, a intermediação da comercialização de quotas de consórcio e a participação em outras sociedades.

Os empreendimentos de incorporação imobiliária da Companhia com terceiros são estruturados por meio de participação em Sociedades de Propósito Específico ("SPEs"). As sociedades controladas compartilham, de forma significativa, das estruturas gerenciais e operacionais e dos custos corporativos, gerenciais e operacionais da Companhia. As SPEs têm atuação exclusiva no setor imobiliário e estão vinculadas a empreendimentos específicos.

Em 13 de dezembro de 2016, a Companhia, juntamente com sua controladora Gafisa S.A., divulgou fato relevante ao mercado, em complemento aos Fatos Relevantes divulgados em 16 de agosto e em 26 de setembro de 2016, informando que o Conselho de Administração da Gafisa resolveu solicitar o cancelamento do pedido de registro da Oferta perante a Comissão de Valores Mobiliários em decorrência da atual conjuntura de mercado desfavorável à realização da oferta pública secundária de ações da Tenda.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia, juntamente com sua controladora Gafisa S.A., divulgou fato relevante ao mercado informando que o Conselho de Administração da Gafisa recebeu uma proposta da Jaguar Growth Asset Management, empresa da qual a Jaguar Real Estate Partners é afiliada, para a aquisição de ações da Tenda e decidiu seguir com as negociações como alternativa à oferta pública de acões que foi cancelada. Nesta data, a Gafisa celebrou um contrato de compra e venda de acões com a Jaguar Real Estate Partners para a alienação de até 30% das acões de emissão da Tenda, a qual avalia a Tenda em R\$ 539.02 milhões, pelo preco de R\$ 8.13 por ação. A transação está sujeita ao cumprimento de algumas condições, dentre as quais destacam-se: (i) reducão do capital social da Tenda, sem cancelamento de acões e com restituição à Gafisa, de R\$ 100 milhões, corrigidos com base na taxa básica de juros (Selic). Do montante total, R\$ 50 milhões, acrescidos da correção, deverão ser pagos até 31 de dezembro de 2018 e o saldo, até 31 de dezembro de 2019; (ii) a redução do capital social de Gafisa mediante restituição, aos seus acionistas, de ações correspondentes a 50% do capital social de Tenda e (iii) a conclusão do procedimento relacionado ao exercício, pelos acionistas de Gafisa, do direito de preferência para a aquisição das Ações, pelo Preço por Ação, nos termos do artigo 253, I, da Lei nº 6.404/76, observado que, (a) em adição às Ações, a Gafisa ofertará aos seus acionistas ações adicionais correspondentes a 20% do capital social da Tenda; e (b) caso, após o exercício do Direito de Preferência, restem menos de 20% de Ações de emissão da Tenda disponíveis para aquisição pela Jaguar, a Jaguar não estará obrigada a adquiri-las, e a operação prosseguirá com os acionistas que exerceram o Direito de Preferência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

# 2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras contábeis individuais e consolidadas

Em 09 de março de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e autorizou sua divulgação.

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como "controladora", foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e são divulgadas em conjunto com demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia não são consideradas em conformidade com o International Financial Reporting Standards (IFRS), uma vez que consideram a capitalização de juros sobre os ativos qualificáveis das investidas nas demonstrações financeiras separadas da controladora. Pelo fato de não haver diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados da controladora e consolidado, a Companhia optou por apresentar essas informações individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluído os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, incluindo a Orientação OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às entidades de incorporação imobiliária brasileiras, no que diz respeito ao tratamento do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle das unidades imobiliárias vendidas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e foi elaborada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

# 2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras contábeis individuais e consolidadas--Continuação

#### 2.1.1. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras individuais da controladora, de suas controladas diretas e indiretas. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e os efeitos de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Vide maiores detalhes na Nota 9.

#### 2.1.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

# 2.2. Resumo das principais práticas contábeis

# 2.2.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findarse em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

# a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

### a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

### b) <u>Transações com pagamentos baseados em ações</u>

A Companhia mensura o custo de transações a ser liquidado com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. Para as transações baseadas em ações com liquidação em dinheiro, o passivo precisa ser remensurado ao final de cada período de divulgação até a data de liquidação, reconhecendo no resultado eventuais variações no valor justo, o que exige reavaliação das estimativas utilizadas ao final de cada período de divulgação. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão.

Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 19.3.

#### c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa e distratos

A Companhia revisa anualmente suas premissas para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa e distratos, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa e distratos para os clientes que apresentem intenções de formalização de distratos e por volume médio de distratos sobre vendas liquidas da velocidade de revenda dessas unidades. Essa provisão é calculada em função do percentual de andamento de obra, metodologia aplicada no reconhecimento de resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

#### d) Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis (Nota 18). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros.

# e) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado ativo, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

# f) Custos orçados dos empreendimentos

Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia. O efeito de tais revisões nas estimativas afeta o reconhecimento da receita, conforme mencionado na nota 2.2.2.i.b.

# g) Operações com permutas

A permuta por terrenos tem por objeto o recebimento do terreno de terceiros para liquidação por meio de entrega de unidades imobiliárias, ou o repasse de parcelas provenientes das vendas das unidades imobiliárias dos empreendimentos. Os terrenos adquiridos pela Companhia e suas controladas, são registrados ao seu valor justo, como um componente do estoque, em contrapartida ao adiantamento de clientes no passivo. As receitas e custos decorrentes de operações de permuta são apropriados ao resultado ao longo do período de construção dos empreendimentos, conforme consta na nota 2.2.2.ii.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

# 2.2.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis--Continuação

h) Realização do imposto de renda diferido

O reconhecimento inicial e as posteriores análises da realização do imposto de renda diferido ocorre quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização total ou parcial.

#### 2.2.2. Reconhecimento de receitas e despesas

- (i) Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis
  - (a) Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada com a transferência significativa dos riscos e direitos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual.
  - (b) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos:
    - O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque (Nota 2.2.6);
    - As receitas de vendas são apropriadas ao resultado, utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos;
    - Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, na rubrica "Contas a receber de incorporação e serviços prestados". Os montantes recebidos com relação à venda de unidades que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica "Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes";
    - A variação monetária, incidentes sobre o saldo de contas a receber até a entrega das chaves, assim como o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, são apropriados ao resultado de incorporação e venda de imóveis quando incorridos, obedecendo ao regime de competência dos exercícios "pro rata temporis":

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2.2. Reconhecimento de receitas e despesas--Continuação

- (i) Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis--Continuação
  - Os encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e os diretamente associados ao financiamento da construção, são capitalizados e registrados aos estoques de imóveis a comercializar, e apropriados ao custo incorrido das unidades em construção até a sua conclusão e observando-se os mesmos critérios de apropriação do custo de incorporação imobiliária na proporção das unidades vendidas em construção;
  - Os tributos incidentes e diferidos sobre a diferença entre a receita auferida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita;
  - As demais despesas, incluindo, de propaganda e publicidade são apropriadas ao resultado quando incorridas.

#### (ii) Operações de permuta

A permuta de terrenos tem por objeto o recebimento de terrenos de terceiros para liquidação por meio da entrega de unidades imobiliárias ou o repasse de parcelas provenientes das vendas das unidades imobiliárias dos empreendimentos. Os terrenos adquiridos pela Companhia e por suas controladas são registrados pelo seu valor justo, como um componente do estoque, em contrapartida ao adiantamento de clientes no passivo. As receitas e os custos decorrentes de operações de permutas são apropriados ao resultado ao longo do período de construção dos empreendimentos, conforme consta no item (b) descrito anteriormente.

#### 2.2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos e mensurados conforme descritos a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

# (i) <u>Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e</u> desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### (ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

#### Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

#### Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

# (ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração -- Continuação

#### Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e mútuos à receber.

#### (iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, obrigações por compra de imóveis e adiantamento de clientes e mútuos à pagar.

# (iv) <u>Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia não possuía transação envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia não adota a prática contábil de Hedge Accounting.

# 2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários compromissados, denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

# 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários--Continuação

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos, apurados pelo critério "pro rata temporis", que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido da Companhia.

Os títulos e valores mobiliários incluem certificados de depósitos bancários, títulos públicos emitidos pelo Governo Federal, fundos de investimentos exclusivos a cotistas da Gafisa S.A. e cauções, os quais são classificados a valor justo por meio de resultado (Nota 4.2).

### 2.2.5. Contas a receber de incorporação e serviços prestados

São apresentados aos valores presentes e de realização. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base na expectativa de vencimento das parcelas dos contratos.

As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC) para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), após a data de entrega das chaves das unidades concluídas.

O ajuste a valor presente é calculado entre o momento da assinatura do contrato e a data prevista para entrega das chaves do imóvel ao promitente comprador, utilizando uma taxa de desconto representada pela taxa média dos financiamentos obtidos pela Companhia, líquida do efeito inflacionário, conforme mencionado na Nota 2.2.18.

A reversão do ajuste a valor presente, considerando-se que parte importante do contexto operacional da Companhia é a de financiar os seus clientes até a entrega das chaves, foi realizada, tendo como contrapartida o próprio grupo de receitas de incorporação imobiliária, de forma consistente com os juros incorridos sobre a parcela do saldo de contas a receber referentes ao período "pós-chaves".

# 2.2.6. Imóveis a comercializar

A Companhia e suas controladas adquirem terrenos para futuras incorporações, com condições de pagamento em moeda corrente ou por intermédio de permuta. Os terrenos adquiridos por intermédio de operações de permuta são registrados ao valor justo das unidades a serem entregues e a receita e o custo são reconhecidos seguindo os critérios descritos na Nota 2.2.2 (ii).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

# 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### **2.2.6.** Imóveis a comercializar--Continuação

Os imóveis são demonstrados ao custo de construção, e reduzidos por provisão quando tal valor exceder seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo incorrido compreende os gastos com construção (materiais, mão de obra própria ou contratada de terceiros e outros relacionados), as despesas de legalização do terreno e empreendimento, os custos com terrenos e os encargos financeiros aplicados no empreendimento incorridos durante a fase de construção.

A classificação de terrenos entre o ativo circulante e o ativo não circulante é realizada pela Administração com base na expectativa de prazo do lançamento dos empreendimentos imobiliários. A Administração revisa periodicamente as estimativas de lançamentos dos empreendimentos imobiliários.

#### 2.2.7. Gastos com intermediação das vendas - comissões

Os gastos com corretagem são registrados no resultado na rubrica "Despesas com vendas" observando-se o mesmo critério adotado para o reconhecimento das receitas das unidades vendidas. Encargos relacionados com a comissão de venda pertencente ao adquirente do imóvel, não constituem receita ou despesa da Companhia.

# 2.2.8. Despesas pagas antecipadamente

As despesas pagas antecipadamente são apropriadas ao resultado do exercício quando incorridas pelo regime de competência.

# 2.2.9. Terrenos destinados à venda

Os terrenos destinados à venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda e são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda da propriedade. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o ativo estiver disponível para venda imediata na sua condição atual.

# 2.2.10. Investimentos em participações societárias

Os investimentos nas participações societárias são registrados na controladora pelo método de equivalência patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### **2.2.10.** Investimentos em participações societárias--Continuação

Quando a participação da Companhia nas perdas das investidas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia reconhece a parcela residual na rubrica "passivo a descoberto", uma vez que assume obrigações e efetua pagamentos em nome dessas sociedades. Para isso, a Companhia constitui provisão no montante considerado adequado para suprir as obrigações da investida (Nota 9).

#### 2.2.11. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada com base no método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens (Nota 10).

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment").

# 2.2.12. Intangível

Os gastos relacionados com a aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software são registrados ao custo de aquisição, sendo amortizados linearmente em até cinco anos, e estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment").

### 2.2.13. Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes por permuta

As obrigações na aquisição de imóveis são reconhecidas pelos valores correspondentes às obrigações contratuais assumidas. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos, quando aplicável, de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), líquido do ajuste a valor presente.

As obrigações relacionadas com as operações de permutas de terrenos por unidades imobiliárias são demonstradas ao valor justo das unidades a serem entregues.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis—Continuação

# 2.2.14. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes

A Companhia e controladas apuram o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) com base no lucro real, lucro presumido ou patrimônio de afetação com RET ("Regime Especial de Tributação"), conforme detalhado abaixo:

- Lucro real Adotado pela Companhia. Nesta sistemática, o IRPJ é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, e a CSLL é calculada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro tributável em cada exercício fiscal.
- Lucro presumido Adotado por certas controladas. Nesta sistemática, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada à razão de 8% e 12% sobre as receitas brutas (100% das receitas financeiras), respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada período (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$240 anuais para IRPJ, e 9% para CSLL).
- Regime Especial de Tributação (RET) Adotado para certos empreendimentos da Companhia. Conforme facultado pela Lei 12.024 de 27 de agosto de 2009, que alterou a Lei 10.931/2004 que instituiu o RET, foi feita a opção por submetê-los ao patrimônio de afetação e optar pelo RET. Para esses empreendimentos, o encargo consolidado referente ao IRPJ e a CSLL, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social COFINS e Programa de Integração Social PIS, é calculado a alíquota global total de 4% sobre as receitas brutas recebidas, conforme limite estabelecido em lei. A alíquota total para o IRPJ e CSLL é de 1,92% e a alíquota total para PIS e COFINS é 2,08% sobre as receitas brutas para o RET.

### (i) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2.14. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido--Continuação

#### (i) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos-futuros que possibilitam a sua utilização total ou parcial, mediante a constituição de uma provisão para a não realização do saldo. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

O imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais acumulados não possui prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a 30% do montante do lucro tributável de cada exercício. As controladoras que optam pelo regime de lucro presumido não podem compensar prejuízos fiscais de um período em anos subsequentes.

Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

#### 2.2.15. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

# 2.2.16. Plano de opção de compra de ações

A Companhia oferece aos empregados e administradores, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, o plano de remuneração com base em ações ("stock options"), segundo o qual recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações outorgadas.

O valor justo das opções é estabelecido na data da outorga, sendo que o mesmo é reconhecido como despesa no resultado do exercício (em contrapartida ao patrimônio líquido), à medida que os serviços são prestados pelos empregados e administradores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2.16. Plano de opção de compra de ações--Continuação

Em uma transação liquidada, para os títulos patrimoniais em que o plano é modificado, uma despesa mínima é reconhecida e corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total das opções outorgadas, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um plano de opção de compra de ações, o mesmo é tratado como se tivesse sido outorgado na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do plano, é reconhecida imediatamente. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e o mesmo é designado um plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme mencionado anteriormente.

A Companhia revisa, anualmente, suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido.

#### 2.2.17. Outros benefícios a empregados

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros), as remunerações variáveis, tais como as participações nos lucros, os bônus e os pagamentos baseados em opções. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, nas rubricas "Custo de incorporação e venda de imóveis, Despesas comerciais e Despesas gerais e administrativas", à medida que são incorridos.

O sistema de bônus opera com metas corporativas individuais, estruturados na eficiência dos objetivos corporativos, seguidos por objetivos de negócios e finalmente por objetivos individuais.

A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada e plano de aposentadoria.

# 2.2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2.18. Ajuste a valor presente de ativos e passivos--Continuação

Entidades de incorporação imobiliária, nas vendas a prazo de unidades não concluídas, apresentam recebíveis com atualização monetária, inclusive a parcela das chaves, sem juros, e devem ser descontados a valor presente, uma vez que os índices de atualização monetária contratadas não incluem o componente de juros.

Os encargos financeiros de recursos utilizados na construção dos empreendimentos imobiliários, e os relativos ao financiamento da construção dos empreendimentos imobiliários, são capitalizados. Portanto, a reversão do ajuste a valor presente de uma obrigação vinculada a esses itens é apropriada ao custo dos imóveis vendidos ou estoques de imóveis a comercializar, conforme o caso, até o momento em que a construção do empreendimento estiver concluída.

Desse modo, determinados elementos integrantes do ativo e do passivo são ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto, as quais visam refletir as melhores estimativas, quanto ao valor do dinheiro no tempo.

A taxa utilizada de desconto tem como fundamento e premissa a taxa média dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Companhia, líquidas do efeito inflacionário (Notas 5 e 12).

#### 2.2.19. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente relacionados aos empreendimentos durante a fase de construção e aos terrenos enquanto as atividades no preparo do ativo para venda estão sendo realizadas, são capitalizados como parte do custo do ativo correspondente, os quais são reconhecidos ao resultado na proporção das unidades vendidas. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos relativos a empréstimos, incluindo os de captação.

Os encargos não apropriados ao resultado das controladas devem ser apresentados, nas demonstrações financeiras da controladora, em conta de investimentos no ativo não circulante (Nota 9).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2.20. Provisões

As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. As provisões constituídas referem-se principalmente a:

# (i) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais cuja expectativa de perda é provável.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não há causas envolvendo ativos contingentes registradas no balanço patrimonial da Companhia.

#### (ii) Provisão para crédito de liquidação duvidosa e distratos

A Companhia revisa anualmente suas premissas para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa e distratos, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa e distratos para os clientes que tenham parcelas vencidas, conforme premissas definidas pela Companhia. Essa provisão é calculada em função do percentual de andamento de obra, metodologia aplicada no reconhecimento de resultado (Nota 2.2.2).

### (iii) Provisão para pagamento de encargos contratuais por atraso de obra

Conforme disposto em contrato, a Sociedade adota a prática de provisionamento de encargos contratuais a pagar aos clientes elegíveis para empreendimentos com atraso de entrega superior a 180 dias, conforme respectiva cláusula contratual e base histórica de pagamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2.20. Provisões--Continuação

# (iv) Provisão para garantia

A Companhia e suas controladas mantêm provisão para cobrir gastos com reparos em empreendimentos cobertos no período de garantia, com base em estimativa que considera o histórico dos gastos incorridos ajustados pela expectativa futura, exceto para controladas que operam com empresas terceirizadas, que são as próprias garantidoras dos serviços de construção prestados. O prazo de garantia oferecido é de cinco anos a partir da entrega do empreendimento.

#### (v) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Quando evidências de perda de valor recuperável dos ativos são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor, por meio da comparação com o valor de realização mensurado por meio de fluxos de caixa descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado do capital da Companhia.

# 2.2.21. Impostos sobre vendas

No regime de incidência não cumulativa, as alíquotas da contribuição para o PIS e da COFINS são, respectivamente, de 1,65% e de 7,6%, para as empresas no regime de tributação do lucro real, calculadas sobre a receita operacional bruta e com desconto de alguns créditos apurados com base em custos e despesas incorridas. Para as empresas optantes do regime de tributação de lucro presumido, no regime de incidência cumulativa, as alíquotas da contribuição para o PIS e da COFINS são, respectivamente, de 0,65% e de 3% sobre a receita operacional bruta, sem descontos de créditos em relação a custos e despesas incorridas.

#### 2.2.22. Juros sobre o capital próprio e dividendos

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido pelo montante bruto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

# 2.2.23. Lucro/(prejuízo) por ação básico e diluído

O lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (prejuízo) disponível (alocado) aos acionistas ordinários pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

O lucro diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, contudo as ações em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações tivessem sido emitidas durante os respectivos períodos, utilizando o preço médio ponderado das ações.

# 3. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, bem como, não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

#### IFRS 15 - Receita de contrato com clientes

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que se espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando esta for adotada. Para o setor de incorporação imobiliária a avaliação decorrerá sobre o reconhecimento da receita pela manutenção do método de reconhecimento de receitas denominado pela porcentagem completada (POC) ou adoção do método de entrega das chaves, a serem definidos.

A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 3. Novas normas e interpretações ainda não efetivas--Continuação

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras do Grupo em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia irá reconhecer novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais dos escritórios administrativos. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. A Companhia ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais. Não é previsto qualquer impacto significativo nos contratos de arrendamento financeiro da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

#### 4.1. Caixa e equivalentes de caixa

	Controlado	Consolidado		
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos Operações compromissadas (a)	12.093 31	6.248	27.835 579	21.591 62
Total caixa e equivalentes a caixa (Nota 22.b.i)	12.124	6.248	28.414	21.653

(a) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra garantida do título por parte do emissor, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

Em 31 de dezembro de 2016, as operações compromissadas incluem juros auferidos até a data do balanço, variando de 75% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (de 75% do CDI em 2015). Os investimentos são realizados junto a instituições financeiras avaliadas pela Administração como sendo de primeira linha.

# 4.2. Títulos e valores mobiliários

	Controlad	ora	Consoli	dado	
	2016	2015	2016	2015	
Fundos de renda fixa (a)	36.325	56.665	37.647	56.665	
Títulos do governo (LFT) (a)	4.043	5.913	4.091	5.913	
Títulos privados (a)	21.327	30.403	21.579	30.403	
Operações compromissadas (a)	1.061	10.547	1.068	10.547	
Certificado de depósitos bancários (a) e (b)	10.844	35.050	27.996	36.166	
Aplicações financeiras caucionadas (c)	33	11.118	33	11.118	
Aplicações financeiras restritas (d)	27.584	11.073	102.659	61.809	
Total títulos e valores mobiliários (Nota 22.b.i)	101.217	160.769	195.073	212.621	

- (a) Estrutura de Fundos de Investimentos exclusivos a cotistas da Gafisa S.A., com objetivo de rentabilizar os recursos acima de variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os fundos possuem mandatos de riscos que são acompanhados periodicamente e respeitam as políticas internas de investimentos vicente.
- (b) Em 31 de dezembro de 2016, os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) incluem juros incorridos até a data do balanço, variando de 85% a 104,5% (90% a 107% em 2015) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- (c) As aplicações financeiras caucionadas são realizadas por meio de fundo de renda fixa, com valorização de suas cotas através de aplicação dos recursos exclusivamente em títulos públicos federais, indexados a taxas pré-fixadas, ou índices de preços e são caucionados como parte da garantia de emissões da Companhia. Estes valores são liberados periodicamente quando apurado excedente de garantia na emissão e/ou conforme definição da escritura. Maiores informações são apresentadas na nota 13.
- (d) Aplicações financeiras restritas são representadas por repasses de créditos associativos que estão em processo de liberação na Caixa Econômica Federal. Estas liberações ocorrem conforme a regularização dos contratos firmados com clientes junto à instituição financeira, cuja expectativa de liberação da Companhia é de até 90 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 5. Contas a receber de incorporação e serviços prestados

	Controla	dora	Consolida	ado
	2016	2015	2016	2015
	170.830 (103.865) (1.460) 24.109	185.780 (59.497) (34) 18.085	532.176 (125.358) (2.901) 23.230	548.984 (88.165) (653) 19.249
	89.614	144.334	427.147	479.415
Circulante	51.674 37.940	119.184 25.150	250.474 176.673	438.226 41 189

As parcelas do circulante e não circulante têm vencimento nos seguintes exercícios sociais:

	Controlad	ora	Consolidado		
Vencimento	2016	2015	2016	2015	
Vencidos					
Até 90 dias	1.680	1.024	53,779	32.555	
De 91 a 180 dias	4.153	8.560	17.371	19.101	
Acima de 180 dias (a)	97.041	129.125	170.336	195.867	
Subtotal – Vencidas	102.874	138.709	241.486	247.523	
A vencer					
2016	-	43.968	-	240.371	
2017	52.834	7.280	121.965	49.814	
2018	18.704	3.728	96.543	11.435	
2019	9.893	2.955	63.211	7.494	
2020 em diante	10.634	7.225	32.201	11.596	
Subtotal – A vencer	92.065	65.156	313.920	320.710	
( - ) Ajuste a valor presente	(1.460)	(34)	(2.901)	(653)	
<ul> <li>( - ) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e distratos</li> </ul>	(103.865)	(59.497)	(125.358)	(88.165)	
· · ·	89.614	144.334	427.147	479.415	

<sup>(</sup>a) Do montante vencido acima de 180 días, valores em processo de repasse junto as instituições financeiras somam R\$25.433 na Controladora e R\$55.492 no consolidado (R\$40.361 na controladora e R\$69.464 no consolidado em 31 de dezembro de 2015)

O saldo de contas a receber das unidades vendidas e ainda não concluídas não está totalmente refletido nas demonstrações financeiras. Seu registro é limitado à parcela da receita, reconhecida contabilmente, líquida das parcelas já recebidas, conforme prática contábil mencionada na Nota 2.2.2 (i) (b).

Em 31 de dezembro de 2016, as parcelas recebidas de clientes superiores ao montante da receita reconhecida totalizaram R\$2.216 (R\$3.506 em 2015) na controladora e R\$2.513 (R\$11.374 em 2015) no consolidado e estão classificadas na rubrica "Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes" (Nota 16).

O saldo de contas a receber de unidades concluídas, financiado pela Companhia, é atualizado monetariamente pela variação do IGP-M, sendo essa receita apropriada ao resultado, na rubrica "Receita de incorporação e venda de imóveis, permuta e prestação de serviços de construção". Os montantes reconhecidos de juros, na controladora e no consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$6.864 (R\$432 em 2015) e R\$7.088 (R\$246 em 2015), respectivamente.

Os saldos das provisões para créditos de liquidação duvidosa e distratos, são considerados suficientes pela Administração da Companhia para fazer face à estimativa com perdas futuras na realização do saldo de contas a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 5. Contas a receber de incorporação e serviços prestados--Continuação

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a movimentação nas provisões para créditos de liquidação duvidosa e distratos está sumarizada a seguir:

		Controladora		Consolidado					
_	Contas a Receber	Imóveis a comercializar (Nota 6)	Saldo líquido	Contas a Receber	Imóveis a comercializar (Nota 6)	Saldo líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(68.743)	31.778	(36.965)	(104.277)	52.309	(51.968)			
Adições	(61.503)	14.793	(46.710)	(91.570)	21.764	(69.806)			
Reversões	70.749	(31.778)	38.971	107.682	(52.309)	55.373			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(59.497)	14.793	(44.704)	(88.165)	21.764	(66.401)			
Adições	(108.086)	34.514	(73.572)	(131.927)	36.357	(95.570)			
Reversões	63.718	(14.793)	48.925	94.734	(21.764)	72.970			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(103.865)	34.514	(69.351)	(125.358)	36.357	(89.001)			

O valor total do ajuste a valor presente reconhecido nas receitas de incorporação imobiliária do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$1.426 (R\$1 em 2015), na controladora, e R\$2.248 (R\$482 em 2015) no consolidado.

As contas a receber de imóveis não concluídos foram mensuradas a valor presente considerando a taxa de desconto apurada segundo critérios descritos na Nota 2.2.2. A taxa de desconto praticada pela Companhia e suas controladas foi de 7,01% para o exercício de 2016 (2,95% em 2015), líquida do INCC.

Controladora

Concolidado

# 6. Imóveis a comercializar

Controladora		Consolida	iao
2016	2015	2016	2015
95.374	68.629	454.183	470.746
72.886	68.777	227.940	146.851
34.514	14.793	36.357	21.764
34.557	45.371	74.407	103.886
(2.132)	(492)	(14.637)	(6.189)
(2.267)	(2.590)	(2.963)	(3.054)
232.932	194.488	775.287	734.004
177.838 55.094	155.443 39.045	563.576 211.711	490.484 243.520
	2016 95.374 72.886 34.514 34.557 (2.132) (2.267) 232.932 177.838	2016 2015 95.374 68.629 72.886 68.777 34.514 14.793 34.557 45.371 (2.132) (492) (2.267) (2.590) 232.932 194.488 177.838 155.443	2016         2015         2016           95.374         68.629         454.183           72.886         68.777         227.940           34.514         14.793         36.357           34.557         45.371         74.407           (2.132)         (492)         (14.637)           (2.267)         (2.590)         (2.963)           232.932         194.488         775.287           177.838         155.443         563.576

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a movimentação da provisão para não realização de imóveis a comercializar está sumarizada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(4.549)	(4.549)
Adições	(1.236)	(1.236)
Baixas	760	2.731
Transferência para SPE	2.435	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(2.590)	(3.054)
Adições	-	(552)
Baixas	323	643
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.267)	(2.963)

A Companhia possui compromissos de construção de unidades permutadas, relativas à aquisição de terrenos, contabilizados com base no valor justo das unidades permutadas na data da aquisição. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de obrigações com terrenos adquiridos por intermédio de permuta totaliza R\$2.505 (R\$3.218 em 2015) na controladora, e R\$42.802 (R\$44.496 em 2015) no consolidado (Nota 16).

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui terrenos registrados nas rúbricas "Imóveis a comercializar" e "Terrenos destinados à venda" que servem como garantias de contratos de empréstimos e financiamentos que totalizam R\$84.077 (R\$11.890 em 2015) na controladora e consolidado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 6. Imóveis a comercializar -- Continuação

Conforme mencionado na Nota 12, o saldo de encargos financeiros capitalizados em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$12.845 (R\$23.522 em 2015) na controladora, e R\$42.802 (R\$54.902 em 2015) no consolidado.

#### 7. Partes relacionadas

#### 7.1. Saldos com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas, ativos e passivos são de:

	Controlado	ra	Consolidad	0
<u>-</u>	2016	2015	2016	2015
Ativo				
Partes relacionadas Conta corrente (a)	216.393	257.996	55.733	53.589
Mútuo à receber (b)	47.044	38.857	37.745	30.374
Dividendos a receber (c)	-	13.152	-	-
Total do ativo	263.437	310.005	93.478	83.963
Circulante	216.393	271.148	55.733	53.933
Não circulante	47.044	38.857	37.745	30.030
	Controlado	**	Consolidado	
-	2016	2015	2016	2015
Passivo _	2010	2015	2010	2015
Partes relacionadas Conta corrente (d)	877.802	914.956	54.118	32.640
Mútuo a pagar (b)	50.599	41.002	50.599	41.002
Obrigações com Acionista (e)	100.000	-	100.000	-
Conta corrente SOP (f)		14.965	•	14.965
Total do passivo	1.028.401	970.923	204.717	88.607
Circulante	877.802	914.956	49.665	32.640
Não circulante	150.599	55.967	155.052	55.967

- A Companhia participa do desenvolvimento de empreendimentos de incorporação imobiliária com outros parceiros de forma direta ou por meio de partes relacionadas. A estrutura de administração desses empreendimentos e a gerência de caixa são centralizadas na empresa líder do empreendimento, que gerencia o desenvolvimento das obras e os orçamentos. Assim, o líder do empreendimento assegura que as aplicações de recursos necessários sejam efetuadas e alocadas de acordo com o planejado. As origens e aplicações de recursos dos empreendimentos estão refletidas nesses saldos, com observação do respectivo percentual de participação de cada investidor, os quais não estão sujeitos à atualização ou encargos financeiros de cada investidor e não possuem vencimento predeterminado. Tais operações visam simplificar as relações comerciais que demandem administração conjunta de valores reciprocamente devidos pelas partes envolvidas e, consequentemente, o controle de movimento de valores reciprocamente concedidos, que se compensam no momento de encerramento da conta corrente. O prazo médio de desenvolvimento e finalização dos empreendimentos, nos quais se encontram aplicados os recursos, é de 18 a 24 meses:
- Os mútuos da Companhia com suas controladas, demonstrados abaixo, ocorrem em função da necessidade de caixa destas controladas para o desenvolvimento das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros ali descritos contratualmente. Os negócios e operações com partes relacionadas são realizados com base em condições estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio. A composição, a natureza e as condições dos saldos de mútuos a receber e a pagar da Companhia são demonstradas a seguir;
- (c) Conforme determina o Estatuto Social das empresas FGM Incorporações S.A e Tenda Negócios Imobiliários S.A., foi constituído dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, no montante de R\$13.152 em 31 de dezembro de 2015, eliminado para efeito das demonstrações consolidadas.
- Montante referente a recursos transferidos entre as empresas do grupo, os quais serão baixados através de redução de capital e distribuição de
- dividendos das SPEs; Em 14 de dezembro de 2016, a Assembléia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social da Companhia, sem cancelamento de ações e com (e) restituição à Gafisa, de R\$100 milhões, corrigidos com base na taxa básica de juros (Selic) a partir do encerramento da operação de alienação de ações da Companhia. Do montante total, R\$50 milhões, acrescidos da correção, deverão ser pagos até 31 de dezembro de 2018 e o saldo, até 31 de dezembro de 2019, podendo ser antecipado algum valor caso certas condições favoráveis sejam atendidas. O montante de R\$14.965 da Conta Corrente SOP com Gafisa foi quitado em 20 de dezembro de 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 7. Partes relacionadas--Continuação

### 7.1. Saldos com partes relacionadas--Continuação

Composição e saldo de mútuos a receber e a pagar da Companhia:

	Controladora		Consoli	dado		
-	2016	2015	2016	2015	Natureza	Taxa de juros
Atua Construtora e Incorporadora S.A. (a)	12.167	12.168	12.167	12.168	Construção	112% de 113,5% do CDI
Interativa Empreendimentos & Participações Ltda.(b)	4.548	-	4.548	-	Construção	12% a.a.
Fit 09 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. (c)	9.299	9.332	-	-	Construção	120% de 126,5% do CDI
Fit 19 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. (c)	17.002	14.097	17.002	14.097	Construção	100% de CDI
Acedio SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. (c)	4.028	3.260	4.028	3.260	Construção	100% de CDI
Outros	-	-	-	849	Construção	
Mútuos a receber	47.044	38.857	37.745	30.374		

Montante referente a mútuo da companhia com a empresa Atua Construtora e Incorporadora S.A. que está sendo discutido por meio de arbitragem, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá ("CAM/CCBC"). O montante deixou de ser atualizado com encargos financeiros em virtude da arbitragem.

Wituo com empresa Interativa Empreendimentos & Participações Ltda que incidirá a atualização monetária de 12% a.a. até a sua devida quitação.

Valores a receber entre as SPEs que estão atualizados até agosto de 2014 (data do último pedido em arbitragem) com encargos financeiros pactuados nos termos dos contratos. Esses valores estão sendo discutido por meio de arbitragem, perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá ("CAM/CCBC"). Sendo o mútuo com a empresa Fit 09 SPE Empr. Imob. Ltda eliminado para efeito das demonstrações financeiras consolidadas.

	Control	Controladora		dado		
	2016	2015	2016	2015	Natureza	Taxa de juros
Parque dos Pássaros (d)	5.765	2.725	5.765	2.725	Construção	6% a.a.
Fit 11 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda. (d)	6.285	5.910	6.285	5.910	Construção	6% a.a.
Fit 31 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda (d)	1.381	1.298	1.381	1.298	Construção	6% a.a.
Fit 34 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda (d)	23.318	21.925	23.318	21.925	Construção	6% a.a.
Fit 03 SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda (d)	8.412	7.912	8.412	7.912	Construção	6% a.a.
Araçagy (Franere Gafisa 08)(d)	5.438	1.232	5.438	1.232	Construção	6% a.a.
Mútuos a pagar	50.599	41.002	50.599	41.002		
_						

Mútuos com empresas controladas que incidirá a atualização monetária de 6% a.a. mais IOF que recai sobre a operação, até a sua devida quitação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram registradas receitas financeiras referentes aos juros sobre mútuos a receber no montante de R\$161 (R\$15.457 em 2015) na controladora e R\$178 (R\$7.337 em 2015) no consolidado (Nota 25).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram registradas despesas financeiras referentes aos juros sobre mútuos a pagar no montante de R\$1.341 na controladora e no consolidado (Nota 25). Em 31 de dezembro de 2015 não foram registradas despesas financeiras em razão dos mútuos a pagar terem sido pactuados em 28 de dezembro de 2015.

As informações referentes a transações e remuneração com a Administração estão descritas na Nota 26.

# 7.2. Avais, garantias e fianças

As operações financeiras das controladas possuem garantias de aval ou fiança na proporção da participação da Companhia no capital social de tais sociedades, no montante de R\$346.250 (R\$412.875 em 31 de dezembro de 2015).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 8. Ativo não circulante mantido para venda

#### 8.1. Terrenos destinados à venda

A Companhia, em linha com o seu direcionamento estratégico implementado, optou por colocar à venda terrenos não considerados no plano de negócios aprovado para o ano de 2017. Da mesma forma definiu um plano específico para a venda dos referidos terrenos. O valor contábil dos referidos terrenos, ajustados ao valor de mercado quando aplicável, após teste de impairment, é distribuído, conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014
Adições
Transferência de imóveis a comercializar
Transferência para imóveis a comercializar
Transferência para SPE
Reversão / baixas
Saldo em 31 de dezembro de 2015
Adições
Transferência de imóveis a comercializar
Transferência para imóveis a comercializar
Transferência para imóveis a comercializar
Reversão / baixas
Saldo em 31 de dezembro de 2016

		Controladora			Consolidado	
_	Custo	Provisão para "impairment"	Saldo líquido	Custo	Provisão para "impairment"	Saldo líquido
	94.544	(21.963)	72.581	128.809	(24.320)	104.489
	7.744	(17.360)	(9.616)	9.735	(17.445)	(7.710)
	29.166	` -	29.166	31.937	(590)	31.347
	(27.353)	2.520	(24.833)	(32.554)	2.520	(30.034)
	-	-	· · · · · ·	` -	1.452	1.452
	(9.459)	11.432	1.973	(9.711)	11.657	1.946
_	94.642	(25.371)	69.271	128.216	(26.726)	101.490
_	1.546	-	1.546	2.725	-	2.725
	2.046	-	2.046	11.786	-	11.786
	(30.687)	-	(30.687)	(39.037)	-	(39.037)
	(13.842)	15.153	` 1.311́	(16.420)	14.683	(1.737)
_	53.705	(10.218)	43.487	87.270	(12.043)	75.227

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 9. Investimentos em participações societárias

Em 31 de dezembro de 2016:

# Participações societárias

									Controladora		Consolidado					
	Participa	ção - %	Total do ativo	Total do passivo		quido e adto. para ento de capital	Lucro (prejuí do exer		Investin	nentos	Equivalência	patrimonial	Investim	entos	Equivalência	patrimonial
Investidas diretas	2016	2015	2016	2016	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
TENDA NEGOCIOS IMOB	100%	100%	1.065.390	591.080	474.310	402.926	71.383	21.792	474.310	402.926	71.383	21.792	-	-	-	-
COTIA1 - EMP. IMOB.	100%	100%	154.159	261	153.898	157.165	(3.266)	78	153.898	157.165	(3.266)	78	-	-	-	-
FIT SPE 05 EMP. IMOB	100%	100%	96.387	148	96.239	97.442	(1.203)	584	96.239	97.442	(1.203)	584	-	-	-	-
JARDIM SÃO LUIZ	100%	100%	76.611	1.547	75.064	49.298	25.766	41.244	75.064	49.298	25.766	41.244	-	-	-	-
FGM INCORPORACOES S.A.	100%	100%	50.776	39	50.737	52.479	51	183	50.737	52.479	51	183	-	-	-	-
FIT 07 SPE EMP. IMOB	100%	100%	47.241	63	47.178	43.655	(172)	(133)	47.178	43.655	(172)	(133)	-	-	-	-
FIT SPE 01 EMP. IMOB	100%	100%	38.372	291	38.081	38.473	(392)	102	38.081	38.473	(392)	102	-	-	-	-
ASPLENIUM SUGAYA	100%	100%	36.720	1.439	35.281	14.701	20.579	11.045	35.281	14.701	20.579	11.045	-	-	-	-
FIT 24 SPE EMP. IMOB	100%	100%	31.626	81	31.545	31.817	(273)	(23)	31.545	31.817	(273)	(23)	-	-	-	-
FIT 16 SPE EMP. IMOB	100%	100%	30.733	739	29.994	29.649	345	552	29.994	29.649	345	552	-	-	-	-
SPE FRANERE GAFISA 08	50%	50%	47.863	5.027	42.836	47.831	(5.469)	18.180	21.418	23.916	(2.735)	9.090	21.418	23.916	(2.735)	9.090
FIT 40 SPE EMP. IMOB	100%	100%	24.505	275	24.230	24.043	187	4.187	24.230	24.043	187	4.187	-	-		-
FIT 34 SPE EMP. IMOB	70%	70%	35.718	1.331	34.387	33.634	768	2.131	24.071	23.544	538	1.492	24.071	23.544	538	1.492
GUAIANAZES LIFE EMP.	100%	100%	20.415	31	20.384	21.740	(46)	(270)	20.384	21.740	(46)	(270)	-	-	-	-
FIT SPE 11 EMP. IMOB	70%	70%	33.339	4.384	28.955	32.062	(526)	253	20.269	22.443	(368)	177	20.269	22.443	(368)	177
AC PARTICIPAÇÕES	100%	100%	20.736	859	19.877	20.688	(811)	(116)	19.877	20.688	(811)	(116)	-	-		-
SPE TENDA SP VILA PARK	100%	100%	19.378	175	19.203	19.891	(687)	11	19.203	19.891	(687)	11	-	-	-	-
PARQUE DOS PÁSSAROS	50%	50%	33.115	2.892	30.223	22.466	(5.020)	(3.997)	15.112	11.233	(2.510)	(1.998)	15.112	11.233	(2.510)	(1.998)
SPE TENDA SP OSASCO	100%	100%	18.297	21	18.276	27.368	(26)	(483)	18.276	27.368	(26)	(483)	-	-		· · · · · ·
TENDA SP JARDIM SÃO LUIZ	100%	100%	16.038	112	15.926	23.169	127	(617)	15.926	23.169	127	(617)	-	-	-	-
FIT 32 SPE EMP, IMOB	100%	100%	13.912	601	13.311	19.110	2.645	3.906	13.311	19,110	2.645	3.906	-		-	-
MARIA INES SPE EMP.	60%	60%	21.058	41	21.017	21.050	(10)	137	12.610	12.630	(6)	82	12.610	12.630	(6)	82
TENDA 25 SPE	70%	70%	15.379	-	15.379	13.297	473	(1.032)	10.765	9.308	332	(722)		-		
FIT 22 SPE EMP, IMOB	100%	100%	10.504	4	10.500	10.503	(3)	(16)	10.500	10.503	(3)	(16)	-	-	-	-
CONSOLIDADO FIT 13 SPE	50%	50%	21.544	652	20.892	34.487	(13.596)	3.010	10.446	17.244	(6.798)	1.505	3.565	17.840	292	(534)
SPE TENDA SP ITAQUERA	100%	100%	10.337	32	10.305	14.952	80	174	10.305	14.952	80	174				-
FIT 31 SPE EMP. IMOB	70%	70%	15.074	654	14.420	16.455	(1.869)	(2.529)	10.094	11.518	(1.308)	(1.771)	10.094	11.518	(1.308)	(1.771)
CIPESA PROJETO 02	50%	50%	19.238	148	19.090	18.230	` 86Ó	374	9.545	9.115	` 431	` 187	-	-	`	
FIT SPE 03 EMP. IMOB	80%	80%	11.691	310	11.381	11.404	(23)	597	9.105	9.123	(18)	476	9.105	9.123	(18)	476
CITTÁ ITAPOAN	50%	50%	19.079	1.726	17.353	18.015	(661)	8.463	8.677	9.007	(331)	4.231	8.677	9.007	(331)	4.231
CITTÁ VILLE	50%	50%	18.363	2.031	16.332	22.195	(5,864)	1.071	8.166	11.098	(2.931)	536		-		
FIT SPE 10 EMP, IMOB	100%	100%	8.190	685	7.505	8.603	(1.097)	1.356	7.505	8,603	(1.097)	1.356	-	-	-	-
FIT SPE 02 EMP, IMOB	60%	60%	12.301	1	12.300	9.882	2.715	(2.060)	7.380	5.929	1.629	(1.236)	7.380	5.929	1.629	(1.236)
FIT SPE 06 EMP, IMOB	100%	100%	7.535	348	7.187	7.072	115	(83)	7.187	7.072	115	(83)		-		/
TENDA SPE-19 EMP, IMOB.	100%	100%	6.438	129	6.309	6.223	85	(66)	6.309	6.223	85	(66)		-	-	
CITTA LAURO DE FREITAS	50%	50%	12.355	738	11.617	11.761	(143)	(2)	5.809	5.880	(72)	(1)	5.809	5.880	(72)	(1)
Ajuste OCPC01 - juros							,,	\_/ -	9.781	11.134	(1.357)	(1.874)		-	(/	( - /
capitalizados (a)											()	()				
Outros (*)			37.627	7.803	29.824	127.423	(6.736)	(9.705)	21.093	118,213	(6.253)	(6.203)	9.721	10.286	(565)	(4.203)
Total de Investimentos			2.158.044	626.698	1.531.346	1.561.159	78.286	98.298	1.409.681	1.432.302	91.630	87.378	147.831	163.349	(5.454)	5.805
/															(/	

(")Incluem empresas com saldo de investimentos inferiores a R\$ 5 milhões.
(a) Encargos financeiros da controladora não apropriados ao resultado das controladas, conforme paragrafo 6 do OCPC01.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 9. Investimentos em participações societárias--Continuação

# (ii) Participações societárias - passivo a descoberto

								_		Contro	ladora			Conso	olidado	
	Particip	oação - %	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio	líquido e AFAC	Lucro (prejuí do exer		Investim	nentos	Equivalência	patrimonial	Investim	entos	Equivalência <sub>l</sub>	patrimonial
Investidas diretas	2016	2015	2016	2016	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Provisão para passivo a descoberto: Outros (*)		·	11.809	40.866	(29.057)	(11.687)	(13.710)	(12.958)	(22.824)	(11.689)	(13.485)	(12.958)	(5.396)	(5.394)	(2)	(4.054)
Total provisão para passivo descoberto			11.809	40.866	(29.057)	(11.687)	(13.710)	(12.958)	(22.824)	(11.689)	(13.485)	(12.958)	(5.396)	(5.394)	(2)	(4.054)
Total equivalência patrimonial											78.145	74.420			(5.456)	1.751

# (iii) Movimentação dos investimentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.842.633	179.432
Equivalência patrimonial	74.420	1.751
Dividendos	(22.706)	(9.554)
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.580	(13.674)
Redução de capital (a)	(1.478.112)	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
Aquisição/venda de participação	(11.971)	-
Provisão para passivo descoberto	11.458	5.394
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.432.302	163.349
Eguivalência patrimonial	78.145	(5.456)
Dividendos	(109.884)	`
Adiantamento para futuro aumento de capital	(90.091)	(6.614)
Integralização de capital	91.408	3.694
Redução de capital (b)	(11.339)	-
Provisão de passivo descoberto	11.135	2
Outros investimentos	8.005	(7.144)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.409.681	147.831

<sup>(</sup>a) Referida Redução do Capital Social da Sociedade deliberada em Ata de Reunião de Sócios realizada em 24 de junho de 2015.

<sup>(</sup>b) Referida Redução do Capital Social de empresas que foram encerradas no exercício de 2016

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 10. Imobilizado

			Controlac	dora				Consoli	dado	
Descrição	2015	Adições	Baixas	(-) 100% depreciados	2016	2015	Adições	Baixas	(-) 100% depreciados	2016
Custo										
Hardware	13.582	7.085	(455)	(1.550)	18.662	13.582	7.085	(455)	(1.550)	18.662
Benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações	8.020	1.453	-	(135)	9.338	8.020	1.453	-	(135)	9.338
Móveis e utensílios	4.247	17	-	(93)	4.171	4.315	17	-	(93)	4.239
Máguinas e equipamentos	1.400	53	-	(3)	1.450	1.400	53	-	(3)	1.450
Formas	13.067	5.614	-	-	18.681	13.067	5.614	-	-	18.681
Estande de vendas	1.483	-	-	(1.483)		1.599	-	-	(1.599)	
	41.799	14.222	(455)	(3.264)	52.302	41.983	14.222	(455)	(3.380)	52.370
Depreciação acumulada										
Hardware	(5.886)	(3.048)	-	1.550	(7.384)	(5.886)	(3.048)	-	1.550	(7.384)
Benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações	(3.375)	(1.381)	-	135	(4.621)	(3.069)	(1.381)	-	135	(4.315)
Móveis e utensílios	(2.926)	(431)	-	93	(3.264)	(2.952)	(438)	-	93	(3.297)
Máquinas e equipamentos	(554)	(143)	-	3	(694)	(554)	(143)	-	3	(694)
Formas (a)	(3.074)	(3.158)	-	-	(6.232)	(3.379)	(3.158)	-	-	(6.537)
Estande de vendas	(1.398)	(85)	-	1.483	-	(1.514)	(85)	-	1.599	-
	(17.213)	(8.246)	-	3.264	(22.195)	(17.354)	(8.253)	-	3.380	(22.227)
	24.586	5.976	(455)	-	30.107	24.629	5.969	(455)	-	30.143

<sup>(</sup>a) A despesa de depreciação de formas está sendo registrado na rubrica "custo de construção".

As seguintes vidas úteis e taxas percentuais são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil	Taxa anual de depreciação - %
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4 anos	25
Móveis e utensílios	10 anos	10
Hardware	5 anos	20
Máquinas e equipamentos	10 anos	10
Estande de vendas	1 ano	100
Formas	5 anos	20

O valor residual, vida útil e métodos de depreciação foram revisados no encerramento do exercício social, não tendo ocorrido modificações, em relação às informações do exercício social anterior.

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment"). Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não havia indicadores de impairment sobre o imobilizado.

# 11. Intangível

			Controladora/Conse	olidado	
	2015				2016
	Saldo	Adições	Baixas/ amortizações	Itens 100% amortizados	Saldo
Software - Custo	34.774	8.393	(1.821)	(12.181)	29.165
Software - Amortização	(17.915)	(6.141)	10	12.181	(11.865)
Outros	1.628	-	(1.063)	-	565
	18.487	2.252	(2.874)	-	17.865

Referem-se aos gastos com aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software, amortizado no prazo de cinco anos (20% ao ano).

A Companhia pratica, para os ativos intangíveis com vida definida, amortização ao longo de sua vida útil econômica, os quais são avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 12. Empréstimos e financiamentos

			Controlade	ora	Consolida	do
Tipo de operação	Vencimento	Taxa de juros ao ano	2016	2015	2016	2015
Sistema Financeiro de Habitação - SFH (i)	Outubro/2017 a Agosto/2021	TR + 8,3% a.a. até 9,5% a.a.	11.254	10.982	82.974	39.893
Cédula de Crédito Bancário - CCB (ii)	Dezembro/2017 a Junho/2019	CDI + 3,95% a.a. até 4,25%a.a. Variação INCC- DI	33.652	-	52.020	6.560
		,	44.906	10.982	134.994	46.453
Circulante			28.690	3.978	41.333	8.899
Não circulante			16.216	7.004	93.661	37.554

Os financiamentos SFH são contratados para a cobertura dos custos relacionados ao desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários da Companhia e

As parcelas circulantes e não circulantes têm os seguintes vencimentos:

	Controla	idora	Consolidado		
Vencimento	2016	2015	2016	2015	
2016	-	3.978	-	8.899	
2017	28.690	3.647	41.333	14.791	
2018	10.371	2.035	37.242	13.708	
2019	4.636	1.322	38.446	8.049	
2020	1.209	-	17.111	1.006	
2021 em diante	-	-	862	-	
	44.906	10.982	134.994	46.453	

As despesas financeiras de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 13) são capitalizadas ao custo de cada construção de empreendimentos e terrenos, de acordo com a utilização dos recursos, e apropriadas ao resultado do exercício na proporção das unidades vendidas, conforme demonstrado a seguir. A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegível à capitalização foi de 8,30% a 9,50% em 31 de dezembro de 2016 (8,30% a 9,92% em 31 de dezembro de 2015).

A tabela abaixo apresenta resumo das despesas e encargos financeiros e a parcela capitalizada na rubrica "Imóveis a comercializar".

	Controladora		Consolida	dado	
_	2016	2015	2016	2015	
Total dos encargos financeiros no exercício Encargos financeiros capitalizados	20.277 (3.888)	33.238 (6.247)	34.934 (15.957)	47.501 (20.510)	
Despesas financeiras (Nota 25)	16.389	26.991	18.977	26.991	
Encargos financeiros incluídos na rubrica "Imóveis a comercializar":					
Saldo inicial Encargos financeiros capitalizados Encargos apropriados ao resultado (Nota 24)	23.523 3.888 (14.566)	22.390 6.247 (5.115)	54.902 15.957 (28.057)	49.176 20.510 (14.784)	
Saldo final	12.845	23.522	42.802	54.902	

# 13. Debêntures

				Controladora/Co	nsolidado
Programa/emissões	Principal	Remuneração anual	Vencimento final	2016	2015
Primeira emissão		- TR + 9,00%	Novembro de 2016	-	201.877
					201.877
Parcela circulante				-	201.877
Parcela não circulante				_	_

Conforme mencionado na Nota 4.2, o saldo de aplicações financeiras em aplicações financeiras caucionadas no montante de R\$33 em 31 de dezembro de 2016 (R\$11.118 em 2015) encontra-se caucionado para cobertura de índice de cláusulas restritivas das debêntures.

suas controladas e contam com garantia de alienação de terrenos (Nota 6) e avais (Nota 7.2).

No exercício de 2016 a Companhia contratou operação de CCB no montante de R\$46.005, com vencimento entre dezembro de 2017 a junho de 2019, com garantia de alienação fiduciária de terrenos (Nota 6).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 13. Debêntures--Continuação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou pagamentos no montante total de R\$215.335, sendo R\$200.000 referente ao Valor Nominal da Emissão e R\$15.335 referente à remuneração devida, liquidando, com isso, todas as obrigações da primeira Emissão de Debêntures.

# 14. Impostos e contribuições

	Controladora		Consolida	ao
•	2016	2015	2016	2015
Impostos e contribuições:				
PIS e COFINS diferidos	4.037	5.729	11.776	19.865
PIS e COFINS correntes	2.202	757	3.454	944
Outras obrigações trabalhistas e tributárias	6.827	12.398	15.280	19.532
•	13.066	18.884	30.510	40.341

# 15. Salários, encargos sociais e participações

	Controladora		Consolida	do	
	2016	2015	2016	2015	
Salários, encargos e participações:					
Salários e encargos sociais	2.392	5.449	6.154	8.588	
Provisões trabalhistas	2.522	6.365	11.218	8.730	
Participações de empregados (a)	80	4.235	12.226	14.947	
Subtotal	4.994	16.049	29.598	32.265	

<sup>(</sup>a) A Companhia mantém um programa de remuneração variável que proporciona aos seus empregados e administradores, e aos de suas subsidiárias, o direito de participar nos lucros e resultados da Companhia. Este programa esta vinculado ao alcance de objetivos específicos, os quais são estabelecidos, acordados e aprovados pelo Conselho de Administração no início de cada ano.

# 16. Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolida	ado
	2016	2015	2016	2015
Obrigações por compra de imóveis Adiantamentos de clientes :	17.568	15.036	190.308	184.765
Incorporações e serviços (Nota 5)	2.216	3.506	2.513	11.374
Permuta física - Terrenos (Nota 6)	2.505	3.218	42.802	44.496
<del>-</del>	22.289	21.760	235.623	240.635
Circulante Não circulante	9.256 13.033	14.774 6.986	131.280 104.343	138.223 102.412

As parcelas circulantes e não circulantes têm os seguintes vencimentos:

	Control	adora	Consol	idado
Vencimento	2016	2015	2016	2015
2016	-	14.774	-	138.223
2017	9.256	3.090	131.280	45.123
2018	5.649	2.614	55.236	22.966
2019	5.264	1.282	26.897	12.704
2020 em diante	2.120	-	22.210	21.619
	22.289	21.760	235.623	240.635

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 17. Imposto de renda e contribuição social

# (a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social e das participações estatutárias	58.488	30.320	68.235	36.219
Imposto de renda calculado à alíquota nominal - 34%	(19.886)	(10.309)	(23.200)	(12.313)
Efeito líquido das controladas tributadas pelo lucro presumido	-	(7.473)	11.822	13.270
Encargos sobre obrigações com investidores	-	(328)	-	(328)
Prejuízos fiscais (base negativa utilizada)	798	-	1.582	
Plano de opções de ações	-	(727)	-	(727)
Outras diferenças permanentes	(7.761)	(14.961)	(7.761)	(14.978)
Direitos fiscais não reconhecidos	(2.018)	7.688	(1.554)	6.911
Resultado com equivalência	27.030	25.303	(1.855)	595
Efeitos de ativos destinados à venda	-	807		1.048
	(1.837)	-	(20.966)	(6.522)
Despesas (Receitas) de imposto corrente	(1.837)	_	(16.089)	(9.835)
Despesas (Receitas) de imposto diferido	• •	-	`(4.877)	3.313

# (b) Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controlade	ora	do	
Descrição	2016	2015	2016	2015
Ativo				
Prejuízos fiscais e bases negativas	228.567	234.056	234.837	235.706
Diferenças temporárias – CPC	1.008	2.587	2.758	4.659
Diferenças temporárias - PIS e COFINS diferido	2.380	2.003	5.708	5.349
Provisões para demandas judiciais	9.746	12.672	14.568	18.942
Provisões para perdas sobre contas a receber	20.802	14.773	22.468	18.788
Provisão sobre realização de ativos não financeiros	4.245	9.507	4.017	9.927
Demais provisões	19.223	3.838	24.408	7.861
Direitos fiscais não reconhecidos	(265.560)	(267.578)	(271.830)	(268.354)
Subtotal	20.411	11.858	36.934	32.878
Passivo				
IR e CS Diferidos (Patrimonio de afetação)	-	-	(2.482)	(880)
Tributação de receita entre regime de caixa e competência	(20.411)	(11.858)	(45.889)	(37.043)
Subtotal	(20.411)	(11.858)	(48.371)	(37.923)
Total	-	-	(11.437)	(5.045)

A Companhia tem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social a compensar com 30% dos lucros tributários anuais, sem prazo para prescrição, nos seguintes montantes:

	Controladora							
		2016		2015				
Descrição	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Contribuição Renda Social		Total		
Saldo do prejuízo fiscal e base negativa Crédito fiscal (25%/9%) Crédito fiscal reconhecido	672.257 168.064		228.567	688.400 172.100		234.056		
Crédito fiscal não reconhecido sobre prejuízos fiscais	168.064	60.503	228.567	172.100	61.956	234.056		

	Consolidado						
		2016			2015		
Descrição	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	
Saldo do prejuízo fiscal e base negativa	690.697	690.697		693.252	693.252	-	
Crédito fiscal (25%/9%)	172.674	62.163	234.837	173.313	62.393	235.706	
Crédito fiscal reconhecido	-	-	-	-	-	-	
Crédito fiscal não reconhecido sobre prejuízos fiscais	172.674	62,163	234.837	173.313	62.393	235.706	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016

(Valores expresses em milhares de Regis, execto quando indicado do outra form

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 18. Provisões para demandas judiciais e compromissos

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as movimentações na provisão para demandas judiciais estão sumarizadas a seguir:

		Controladora					
	Processos cíveis	Processos Trabalhistas	Processos Tributarios	Processos Ambientais	Processos Administrativos	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	33.023	35.872	196	195	448	69.734	
Adições (Nota 24)	20.880	8.664	-	-	29	29.573	
Baixas	(22.986)	(17.966)	(16)	-	(292)	(41.260)	
Transferências (Nota 24)	(11.690)	(9.073)	-	-	(13)	(20.776)	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	19.227	17.497	180	195	172	37.271	
Adições (Nota 24)	20.121	13.208	30	-	-	33.359	
Baixas (Nota 24)	(24.139)	(16.191)	(2)	(130)	-	(40.462)	
Transferências (Nota 24)	3.959	(5.049)	(176)	(65)	(172)	(1.503)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	19.168	9.465	32	-		28.665	

		Consolidado					
	Processos cíveis	Processos Trabalhistas	Processos Tributarios	Processos Ambientais		Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	33.023	35.872	196	195	448	69.734	
Adições (Nota 24)	19.589	7.655	-	-	12	27.256	
Baixas	(22.993)	(17.973)	(16)	-	(292)	(41.274)	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	29.619	25.554	180	195	168	55.716	
Adições (Nota 24)	30.168	19.743	45	-	-	49.956	
Baixas (Nota 24)	(36.201)	(24.202)	(4)	(195)	-	(60.602)	
Transferências (Nota 24)	6.755	(6.792)	(173)	258	(168)	(120)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	30.341	14.303	48	258		44.950	

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas mantinham depositado em juízo o montante de R\$25.232 (R\$17.378 em 2015) na controladora e R\$25.351(R\$17.402 em 2015) no consolidado.

	Controlador	Controladora		0
	2016	2015	2016	2015
Processos cíveis	16.125	9.873	16.202	9.887
Processos ambientais	87	-	87	-
Processos tributários	2.790	477	2.803	478
Processos trabalhistas	6.230	7.028	6.259	7.037
	25.232	17.378	25.351	17.402

# Processos cíveis, tributários e previdenciários, trabalhistas, ambientais e administrativos

Em 31 de dezembro de 2016, a provisão da Companhia para questões relativas as suas obrigações judiciais de natureza cível incluem R\$30.341 (R\$29.619 em 2015) referentes a 1.717 processos (2.469 processos em 2015), nos quais, em grande parte, a Companhia e suas controladas figuravam no polo passivo de ações decorrentes da relação de consumo com clientes.

Em 31 de dezembro de 2016, a provisão da Companhia para questões relativas as suas obrigações judiciais de natureza trabalhista incluem R\$14.303 (R\$25.554 em 2015) referentes a 418 processos (612 processos em 2015), nos quais, em grande parte, a Companhia e suas controladas figuravam no polo passivo de ações que foram propostas por empregados de empresas terceirizadas. Por outro lado, a principal contingência envolve demandas ajuizadas por ex-funcionários próprios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 18. Provisões para demandas judiciais e compromissos--Continuação

<u>Processos cíveis, tributários e previdenciários, trabalhistas, ambientais e administrativos-</u>Continuação

A Companhia é parte em alguns processos relativos as suas obrigações de natureza tributárias e previdenciárias envolvendo um valor total de provisão, em 31 de dezembro de 2016, de R\$48 (R\$180 em 2015) referentes a 7 casos (8 casos em 2015). A Companhia também é parte em demandas ambientais envolvendo uma provisão de R\$258 em 31 de dezembro de 2016 (R\$195 em 2015), referente a 3 casos em 2016 e 2015.

#### Risco ambiental

Há uma diversidade de legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal. Estas leis ambientais podem resultar em atrasos para a Companhia na adequação da conformidade e outros custos, e impedir ou restringir empreendimentos. Antes da aquisição de um terreno, a Companhia efetua a análise de todos os assuntos ambientais necessários e aplicáveis, incluindo a possível existência de materiais perigosos ou tóxicos, substância residual, árvores, vegetação e a proximidade de um terreno para áreas de preservação permanente. Assim, antes da aquisição de um terreno, a Companhia obtém todas as aprovações governamentais, incluindo licenças ambientais e autorização de construção.

Adicionalmente, a legislação ambiental estabelece sanções criminais, cíveis e administrativas para indivíduos e entidades legais para atividades consideradas como infrações ou delitos ambientais. As penalidades incluem suspensão das atividades de desenvolvimento, perdas de benefícios fiscais, reclusão e multa. Os processos em discussão pela Companhia na esfera ambiental da justiça comum estão classificados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível no montante de R\$3.537 (R\$3.604 em 2015) na controladora e consolidado.

#### Demandas judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia e suas controladas tem conhecimento, em 31 de dezembro de 2016, de outros processos e riscos cíveis, trabalhistas e tributários. Com base no histórico dos processos prováveis e análise específica das causas principais, a mensuração das demandas com probabilidade de perda estimada como possível foi de R\$474.544 (R\$497.620 em 2015), baseado na média histórica de acompanhamento dos processos ajustada a estimativas atuais, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas. A variação no período deve-se à revisão dos valores envolvidos.

	Controladora/Consolidado			
=	2016	2015		
Processos cíveis	241.486	230.103		
Processos tributários	209.557	228.619		
Processos trabalhistas	19.964	35.294		
Processos ambientais	3.537	3.604		
_	474.544	497.620		

#### Obrigações relacionadas com a conclusão dos empreendimentos imobiliários

A Companhia assume o compromisso de concluir as unidades vendidas, assim como atender às leis que regem o setor da construção civil, incluindo a obtenção de licenças das autoridades competentes e prazos para início e entrega dos empreendimentos sujeita a penalidades legais e contratuais.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras caucionadas que serão liberados à medida que atingir os índices de garantia descritos na Nota 4.2, que incluem ainda, terrenos e recebíveis dados em garantia para a formação dos 120% do saldo devedor da dívida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 18. Provisões para demandas judiciais e compromissos--Continuação

#### Compromissos

Além dos compromissos mencionados nas Notas 6, 12 e 13, a Companhia possui os seguintes outros compromissos:

 A Companhia possui contratos de aluguel para 31 imóveis onde se situam suas instalações, sendo o custo mensal de R\$440 reajustado pela variação de IGP-M/ FGV.

O prazo de locação é de um a cinco anos e há multa no caso de rescisão contratual correspondente ao valor de três meses de aluguel ou proporcional ao tempo de término de contrato. A estimativa para os pagamentos mínimos futuros dos aluguéis de conjuntos comerciais (arrendamentos mercantis canceláveis) totalizam em R\$7.690 (R\$9.957 em 2015), conforme abaixo.

	Consolidado	
Estimativa de pagamento	2016	2015
2016	-	4.057
2017	4.359	3.463
2018	2.613	1.837
2019	683	600
2020 em diante	35	-
_	7.690	9.957

(ii) A Companhia, em 31 de dezembro de 2016, por meio de suas controladas possui obrigações de longo prazo no montante de R\$3.723 (R\$6.778 em 2015), relacionados com o fornecimento de matéria-prima utilizada no desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários.

# 19. Patrimônio líquido

# 19.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social autorizado e integralizado da Companhia era de R\$1.094.000, representado por 54.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 14 de novembro de 2016, a Assembléia Geral Extraordinária aprovou o grupamento das 633.037.801 ações escriturais representativas do capital subscrito e realizado da Companhia na proporção de 11,72292224 ações para cada 1 (uma) ação do capital após o grupamento, sem redução do Capital Social. Como resultado do grupamento, as 633.037.801 ações ordinárias passaram a representar 54.000.000 ações ordinárias.

Em 14 de dezembro de 2016, a Assembléia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social da Companhia, no montante total de R\$100.000, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A., por julgá-lo excessivo, sem o cancelamento de ações, de modo que passa o capital social da Companhia dos atuais R\$1.194.000 para R\$1.094.000. A redução de capital será paga conforme descrito no item e da nota 7.1, portanto não houve impacto no fluxo de caixa da Companhia no exercício de 2016.

#### 19.2 Destinação do resultado do exercício

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá as seguintes destinações: (a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado ou o limite previsto no §1º, do art. 193, da Lei nº 6.404/76. Do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata a letra "a" deste Artigo e ajustado na forma do art. 202, da Lei nº 6.404/76, destinar-se-á 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório a todos os seus acionistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 19. Patrimônio líquido--Continuação

# 19.2 Destinação do resultado do exercício--Continuação

O art. 45 do Estatuto Social da Companhia determina do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, conforme demonstrado a seguir:

Saldo de prejuízos acumulados de 2014	(232.570)		
Lucro líquido do exercício de 2015 (-) Reserva de capital	30.320		
Saldo de prejuízos acumulados de 2015	(202.250)		
Lucro líquido do exercício de 2016 (·) Reserva de capital	56.651		
Saldo de prejuízos acumulados de 2016	(145.599)		

# 19.3 Programa de opção de compra de ações

A Companhia possui, no total, dois programas de opção de compra de ações ordinárias, lançados em 2014 e 2016 que seguem as regras estabelecidas no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

As opções outorgadas conferem aos seus titulares (administradores e empregados indicados pela diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração) o direito de adquirir ações ordinárias no capital social da Companhia, após períodos que variam entre três e dez anos de permanência no quadro da Companhia (condição essencial para o exercício da opção), e expiram após o período de dez anos da data da outorga.

O valor justo das opções é estabelecido na data de outorga, sendo que o mesmo é reconhecido como despesa no resultado (em contrapartida ao patrimônio líquido) durante o período de carência do programa, à medida em que os serviços são prestados pelos empregados e administradores.

Para efeito do Programa de Opções 2014 e 2016, foi assumida a premissa de que o número de ações de Tenda seria o mesmo de Gafisa (420.959.715 ações), já contemplando efeitos da separação das duas companhias, de forma que no momento de aprovação do Plano de Opções de Compra de Ações, a quantia máxima de ações que poderiam ser objeto de outorga de opções (10% do total de ações do capital social da Companhia, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas, de todos os programas vigentes), desconsiderando-se as ações em tesouraria, corresponderia a 46.773.302 ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 14 de novembro de 2016 ocorreu o grupamento das ações na proporção de 11,72292224 ações para cada 1 (uma) ação do capital após o grupamento, sem redução do Capital Social (Nota 19.1). Considerando a nova composição acionária decorrente do grupamento de ações, a Companhia ajustou o número de ações e preço de exercício objeto do Plano de Opções de Compra de Ações à razão de 7,79555 ações para cada 1 (uma) ação do capital, de forma que a quantia máxima de ações que poderiam ser objeto de outorga de opções de 46.773.302 para 6.000.000 ações, o ajuste do preço de exercício do programa de opção de 2014 de R\$0,85 por ação para R\$6,62622 por ação; e o ajuste do preço de exercício do programa de opção de 2016 de R\$0,88 por ação para R\$6,86008 por ação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 19. Patrimônio líquido--Continuação

# 19.3 Programa de opção de compra de ações--Continuação

As movimentações das opções em circulação no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as quais incluem seus respectivos preços médios ponderados de exercício, estão apresentadas a seguir:

	201	6	2015		
	Numero de opções (*)	Média ponderada do preço de exercício (Reais)	Numero de opções	Média ponderada do preço de exercício (Reais)	
Opção em circulação no inicio do exercício	5.421.000	6,52	42.259.687	0,84	
Opções canceladas	(141.152)	6,52	-	-	
Opções Outorgadas	210.000	6,83	-	-	
Opções em circulação no final do periodo	5.489.848	6,53	42.259.687	0,84	

<sup>(\*)</sup> A Companhia ajustou retrospectivamente o número de opções em circulação no início do exercício considerando a nova composição acionária decorrente do grupamento de ações que passou 42.259.687 a representar 5.421.000 opções (proporção de 7,79555 ações para cada 1 (uma) ação).

O valor justo das opções outorgadas em 2014 e 2016 totalizou R\$8.297, estimado com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido considerado nas seguintes premissas:

Programa	Data da outorga	Preço do exercício	Média ponderada	Volatilidade esperada (%) (*)	Prazo de vida esperado das opções (anos)	Taxa de juros livre de risco (%) (**)
1	11/08/2014	6,63	6,52	31,02%	2,04 anos	11,66% a 11,81%
1	12/11/2014	6,63	6,53	31,30%	2,05 anos	12,77% a 12,84%
2	09/05/2016	6,86	6,83	26,70%	4,01 anos	12,67% a 12,77%

<sup>(\*)</sup> A volatilidade foi determinada com base na observação histórica do Índice BM&FBOVESPA Imobiliário (IMOBX). (\*\*) A taxa de juros livre de risco de mercado para o prazo da opção no momento da concessão.

As opções em circulação em 31 de dezembro de 2016, são como segue:

	Opções em circulação	Opções exercíveis			
Número de opções	Média ponderada da vida contratual remanescente (anos)	Média ponderada do preço do exercício (R\$)	Número de opções (*)	Média ponderada do preço do exercício (R\$)	
5 489 848	2 11	6.53			

<sup>(\*)</sup> Em 31/12/2016 nenhuma opção havia sido exercida.

O total de despesas registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$1.539 (R\$2.139 em 2015) que estão apresentados na Nota 24.

# 20. Seguros

A Construtora Tenda S.A. e suas controladas mantêm seguros de risco de engenharia, garantia de permuta, garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Segue abaixo quadro demonstrativo das responsabilidades cobertas por seguros e os respectivos montantes em 31 de dezembro de 2016:

Modalidade seguro	Cobertura - R\$mil
Riscos de engenharia e garantia de término de obra	1.482.815
Responsabilidade civil (Directors and Officers - D&O) - (*)	162.955
	1.645.770

(\*) Apólice compartilhada entre Gafisa e Tenda S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 21. Lucro por ação

De acordo com o CPC 41, a Companhia ajustou retrospectivamente o cálculo do lucro básico e diluído por ação considerando a nova composição acionária decorrente do grupamento de ações comentado na nota 19.1. Os dados de comparação dos lucros básico e diluído se baseiam na média ponderada de ações em circulação do exercício, e todas as ações com potencial de diluição em aberto para cada exercício apresentado, respectivamente.

O lucro diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e as ações resgatáveis de participação de acionistas não controladores tivessem sido emitidas durante os respectivos períodos, utilizando o preço médio ponderado das ações.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

	2016	2015
Numerador básico		
Lucro não distribuído	56.651	30.320
Lucro não distribuído, disponível para os titulares das ações ordinárias	56.651	30.320
Denominador básico (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações (*)	54.000	633.037
Lucro básico por ação em Reais	1,0491	0,0479
Numerador diluído		
Lucro não distribuído	56.651	30.320
Lucro não distribuído, disponível para os titulares das ações ordinárias	56.651	30.320
Denominador diluído (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações (*)	54.000	633.037
Opções de ações (*)	3.719	25.232
	57.719	658.269
Lucro diluído por ação em Reais	0,9815	0,0461

<sup>(\*)</sup> Em 14 de novembro de 2016 ocorreu o grupamento das ações na proporção de 11,72292224 ações para cada 1 (uma) ação do capital após o grupamento, sem redução do Capital Social.

### 22. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.) o qual é submetido aos orgãos da Administração competentes para aprovação e posterior operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

#### (a) Considerações sobre riscos

# i) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 22. Instrumentos financeiros--Continuação

### Considerações sobre riscos--Continuação

#### i) Risco de crédito--Continuação

Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas em face da existência de garantia real, representada pela unidade imobiliária, de recuperação de seus produtos nos casos de inadimplência durante o período de construção. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não havia concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

#### ii) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros derivativos.

#### Risco de taxa de juros iii)

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. As taxas de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures estão mencionadas nas Notas 12 e 13. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 4. Sobre o saldo de contas a receber de imóveis concluídos (Nota 5), incide juros de 12% ao ano, apropriado "pro rata temporis".

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando risco de liquidez para a Companhia e controladas (Notas 12 e 13).

A maioria dos financiamentos da Companhia são realizados com a Caixa Econômica Federal por meio do crédito associativo, programa Minha Casa Minha Vida e repasses ao final da obra.

Os vencimentos dos instrumentos financeiros de empréstimos, financiamentos, fornecedores e debêntures são conforme segue:

	Controladora						
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total		
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	28.690	15.007	1.209	-	44.906		
Fornecedores	7.827	-	-	-	7.827		
Obrigações por compra de imóveis e adiantamento de cliente (Nota 16)	9.256	10.913	2.120	-	22.289		
Mútuos a pagar (Nota 7.1)	-	-	-	50.599	50.599		
, - , , ,	45.773	25.920	3.329	50.599	125.621		
			Controladora				
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total		
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	3.978	5.682	1.322	-	10.982		
Debêntures (Nota 13)	201.877	-	-	-	201.877		
Fornecedores	4.257	-	-	-	4.257		
Obrigações por compra de imóveis e adiantamento de cliente (Nota 16)	14.774	5.704	1.282	-	21.760		
Mútuos a pagar (Nota 7.1)	-	-	-	41.002	41.002		
	224.886	11.386	2.604	41.002	279.878		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 22. Instrumentos financeiros--Continuação

### (a) Considerações sobre riscos--Continuação

#### iv) Risco de liquidez--Continuação

			Consolidado		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	41.333	75.688	17.973	-	134.994
Fornecedores	31.664	-	-	-	31.664
Obrigações por compra de imóveis e adiantamento de cliente (Nota 16)	131.280	82.133	22.210	-	235.623
Mútuos a pagar (Nota 7.1)	-	-	-	50.599	50.599
	204.277	157.821	40.183	50.599	452.880
			Consolidado		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	8.899	28.499	9.055	-	46.453
Debêntures (Nota 13)	201.877	-	-	-	201.877
Fornecedores	13.669	-	-	-	13.669
Obrigações por compra de imóveis e adiantamento de cliente (Nota 16)	138.223	68.089	12.704	21.619	240.635
Mútuos a pagar (Nota 7.1)	-	-	-	41.002	41.002
	362.668	96.588	21.759	62.621	543.636

#### v) Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Segue o Nível de hierarquia do valor justo para os instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado da Companhia apresentados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	Co	ontroladora		Co			
	Hierarquia de valor justo						
Em 31 de dezembro de 2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros							
Títulos e valores mobiliários (Nota 4.2)	-	101.217	-		195.073	-	
	Co	ntroladora	Consolidado				
		H	lierarquia de va	lor justo			
Em 31 de dezembro de 2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros							
Títulos e valores mobiliários (Nota 4.2)	-	160.769	-	-	212.621	-	

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 22. Instrumentos financeiros--Continuação

#### (b) Valor justo dos instrumentos financeiros

#### i) Cálculo do valor justo

Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem ter um efeito significativo nos valores justos estimados.

Os seguintes métodos e premissas foram usados para estimar o valor justo para cada classe dos instrumentos financeiros para os quais a estimativa de valores é praticável:

- (i) Os valores caixa e equivalentes de caixa, títulos mobiliários, contas a receber, demais recebíveis, fornecedores e demais passivo circulante se aproximam de seu valor justo registrado nas demonstrações financeiras.
- (ii) O valor justo de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas de juros de referência disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

Os principais valores contábeis e justos dos ativos e passivos e financeiros em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estão demonstrados a seguir:

		Contro	ladora	
	2016	6	2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa (Nota 4.1)	12.124	12.124	6.248	6.248
Títulos e valores mobiliários e aplicações caucionadas (Nota 4.2)	101.217	101.217	160.769	160.769
Recebíveis de clientes (Nota 5)	89.614	89.614	144.334	144.334
Mútuos a receber (Nota 7.1)	47.044	47.044	38.857	38.857
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	44.906	42.492	10.982	9.896
Debêntures (Nota 13)	-	-	201.877	195.149
Fornecedores	7.827	7.827	4.257	4.257
Obrigações por compra de imóveis e adiantamento de cliente (Nota	22.289	22.289	21.760	21.760
16) Mútuos a pagar (Nota 7.1)	50.599	50.599	41.002	41.002
		Conso	lidado	
	2016	6	2015	5
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa (Nota 4.1)	28.414	28.414	21.653	21.653
Títulos e valores mobiliários e aplicações caucionadas (Nota 4.2)	195.073	195.073	212.621	212.621
Recebíveis de clientes (Nota 5)	427.147	427.147	479.415	479.415
Mútuos a receber (Nota 7.1)	37.745	37.745	30.374	30.374
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	134.994	126.781	46.453	39.634
Debêntures (Nota 13)	-	-	201.877	195.149
Fornecedores	31.664	31.664	13.669	13.669
Obrigações por compra de imóveis e adiantamento de cliente (Nota	235.623	235.623	240.635	240.635
16) Mútuos a pagar (Nota 7.1)	50.599	50.599	41.002	41.002

### ii) Risco de aceleração de dívida

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos em vigor, com cláusulas restritivas ("covenants"), relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento e outros. Essas cláusulas restritivas estão sendo observadas pela Companhia e não restringem a sua capacidade de condução normal de seus negócios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 22. Instrumentos financeiros--Continuação

#### (c) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos e emissões de debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos e debêntures menos disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras caucionadas):

	Controladora		Consolidado	
<del>-</del>	2016	2015	2016	2015
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	44.906	10.982	134.994	46.453
Debêntures (Nota 13)	-	201.877	-	201.877
( - ) Caixa e equivalentes de caixa e títulos mobiliários (Nota 4.1 e 4.2)	(113.341)	(167.017)	(223.487)	(234.274)
Dívida líquida	(68.435)	45.842	(88.493)	14.056
Patrimônio líquido	1.049.125	1.090.936	1.075.622	1.126.814
Patrimônio líquido e dívida líquida	980.690	1.136.778	987.129	1.140.870

### (d) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, descreve os riscos que podem gerar variações materiais no resultado da Companhia, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução 475/08, a fim de apresentar 10%, 25% e 50% de apreciação/depreciação na variável de risco considerada.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

- a) Aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures indexados ao CDI;
- b) Empréstimos e financiamentos e debêntures indexados à Taxa Referencial (TR);
- c) Contas a receber, indexados ao Índice Nacional de Construção Civil e Índice Geral de Preços do Mercado (INCC e IGP-M).

Para a análise de sensibilidade do exercício de 31 de dezembro de 2016, a Companhia considerou a taxa de juros de aplicações, empréstimos e contas a receber, Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a 13,63%, Taxa Referencial (TR) a 2,27%, Índice Nacional de Construção Civil (INCC) a 7,21% e Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) a 7,17%.

Os cenários considerados foram:

Cenário I - Provável: apreciação/depreciação de 10% das variáveis de risco utilizadas para precificação

Cenário II - Possível: apreciação/depreciação de 25% das variáveis de risco utilizadas para precificação

Cenário III - Remoto: apreciação/depreciação de 50% das variáveis de risco utilizadas para precificação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 22. Instrumentos financeiros--Continuação

# (d) Análise de sensibilidade--Continuação

Em 31 de dezembro de 2016:

			Cenário						
	•		II	III	III	II			
Operação	Risco	Alta 10%	Alta 25%	Alta 50%	Queda 50%	Queda 25%	Queda 10%		
Títulos e valores mobiliários Cédula de Crédito Bancário – CCB	Alta/queda do CDI Alta/queda do CDI	1.138 (543)	2.844 (1.359)	5.688 (2.717)	(5.688) 2.717	(2.844) 1.359	(1.138) 543		
Efeito líquido da variação do CDI	• •	595	1.485	2.971	(2.971)	(1.485)	(595)		
Sistema Financeiro de Habitação – SFH	Alta/queda do TR	(184)	(460)	(920)	920	460	184		
Efeito líquido da variação do TR	-	(184)	(460)	(920)	920	460	184		
Contas a receber de incorporação Cédula de Crédito Bancário – CCB	Alta/queda do INCC Alta/queda do INCC	612 (45)	1.530 (113)	3.061 (226)	(3.061) 226	(1.530) 113	(612) 45		
Efeito líquido da variação do INCC	-	567	1.417	2.835	(2.835)	(1.417)	(567)		
Contas a receber de incorporação	Alta/queda do IGP-M	405	1.013	2.027	(2.027)	(1.013)	(405)		
Efeito líquido da variação do IGP-M	- -	405	1.013	2.027	(2.027)	(1.013)	(405)		

# 23. Receita operacional líquida

	Controladora		Consoli	dado
	2016	2015	2016	2015
Receita operacional bruta				
Incorporação e venda de imóveis, permuta e prestação de serviços de construção	249.167	203.761	1.170.655	907.362
(Constituição) reversão de provisão para devedores duvidosos e distratos (Nota 5)	(44.368)	9.246	(37.193)	16.112
Impostos sobre vendas de imóveis e serviços	(25.735)	(19.426)	(80.752)	(72.512)
Receita operacional líquida	179.064	193.581	1.052.710	850.962

# 24. Custos e despesas por natureza

Estão representadas por:

	Control	adora	Consol	idado
	2016	2015	2016	2015
Custo de incorporação e venda de imóveis:				,
Custo de construção	(84.943)	(84.796)	(529.349)	(409.243)
Custo de terrenos	(6.434)	(16.238)	(112.305)	(84.516)
Custo de incorporação	(19.755)	(18.717)	(69.695)	(55.649)
Encargos financeiros capitalizados (Nota 12)	(14.566)	(5.115)	(28.057)	(14.784)
Manutenção/garantia	(3.510)	(2.799)	(4.892)	(10.847)
Custo de imóveis no reconhecimento da provisão para distratos (Nota 6)	19.721	(16.985)	14.593	(30.545)
	(109.487)	(144.650)	(729.705)	(605.584)
Despesas comerciais:				
Despesas com marketing de produto	(15.046)	(14.032)	(49.472)	(34,431)
Despesas com corretagem e comissão de vendas	(11.823)	(14.378)	(38.873)	(35.282)
Custo de vendas	` (81)	(236)	` (267)	(580)
Custo de repasse	(5.547)	(8.645)	(18.234)	(21.213)
Custo de registro	(2.608)	(2.334)	`(8.577)	`(5.727)
Corretagem	(3.587)	(3.163)	(11.795)	(7.762)
Despesas com Customer Relationship Management (CRM)	(362)	(455)	(1.191)	(1.116)
Outras	(290)	2.249	(954)	5.518
	(27.521)	(26.616)	(90.490)	(65.311)
Despesas gerais e administrativas:				
Despesas com salários e encargos	(14.986)	(16.385)	(39.023)	(36.663)
Despesas com benefícios a empregados	(1.442)	(1.487)	(3.756)	(3.328)
Despesas com viagens e utilidades	(581)	(541)	(1.512)	(1.210)
Despesas com serviços prestados	(6.104)	(6.358)	(15.896)	(14.226)
Despesas com aluguéis e condomínios	(2.102)	(1.968)	(5.474)	(4.403)
Despesas com informática	(3.592)	(4.317)	(9.355)	(9.659)
Despesas com plano de opções de ações (Nota 19.3)	(1.539)	(2.139)	(1.539)	(2.139)
Despesas com provisão de participação no lucro (Nota 26.2)	(817)	(9.964)	(11.121)	(11.502)
Transferências de provisão de participação no lucro (Nota 26.2)	•	9.173	•	
Outras	(794)	(615)	(2.063)	(841)
	(31.957)	(34.601)	(89.739)	(83.971)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 24. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Outras receitas/(despesas), líquidas:	<u> </u>			,
Depreciação e amortização	(4.094)	(7.717)	(12.299)	(14.835)
Despesas com pagamento de demandas judiciais	(28.313)	(35.967)	(31.994)	(40.303)
Provisões para demandas judiciais (Nota 18)	7.103	8.729	10.646	13.047
Transferencias com demandas judiciais (Nota 18)	1.503	18.441	120	-
Outras receitas/(despesas)	(10.376)	(34.883)	(15.515)	(25.311)
	(34.177)	(51.397)	(49.042)	(67.402)

# 25. Resultado financeiro

	Controlad	ora	Consolida	ido
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	19.890	27.941	22.511	33.398
Receita financeira sobre contrato de mútuo (Nota 7.1)	161	15.457	178	7.337
Outras receitas financeiras	1.783	3.982	4.568	6.090
	21.834	47.380	27.257	46.825
Despesas financeiras				
Juros sobre captações, líquido de capitalização (Nota 12)	(16.389)	(26.991)	(18.977)	(26.991)
Despesa financeira sobre contrato de mútuo (Nota 7.1)	(1.341)	· _	(1.341)	
Despesas bancárias	(1.069)	(852)	(2.906)	(2.563)
Transferência de despesas financeiras	3.949	1.595	•	
Outras despesas financeiras	(2.563)	(1.549)	(24.076)	(11.497)
	(17.413)	(27.797)	(47.300)	(41.051)
Resultado financeiro	4.421	19.583	(20.043)	5.774

# 26. Transações com a Administração e empregados

# 26.1 Remuneração da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os montantes registrados na rubrica "Despesas gerais e administrativas" referentes à remuneração dos membros da Administração da controladora estão demonstrados a seguir:

	Remuneração da	Administração		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Total	Conselho Fiscal
Número de membros	9,08	10,25	19,33	3,00
Remuneração Fixa do exercício (em R\$)	344	5.828	6.172	60
Salário/pró-labore	344	5.108	5.452	60
Benefícios diretos e indiretos	-	720	720	-
Valor mensal da remuneração (em R\$)	29	486	515	5
Total da remuneração	344	5.828	6.172	60
Participação nos lucros e resultado	-	5.663	5.663	-

Remuneração da Administração				
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Total	Conselho Fiscal
Número de membros	10,00	10,33	20,33	3,00
Remuneração Fixa do exercício (em R\$)	336	5.662	5.998	57
Salário/pró-labore	336	4.959	5.295	57
Benefícios diretos e indiretos	-	703	703	-
Valor mensal da remuneração (em R\$)	28	472	500	5
Total da remuneração	336	5.662	5.998	57
Participação nos lucros e resultado	-	6.178	6.178	-

O montante relacionado às despesas com outorga de opções dos administradores da Companhia foi de R\$1.405 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.977 em 2015).

A remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2016, foi fixada no limite de até R\$18.143, a título de remuneração fixa e variável, conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 26. Transações com a Administração e empregados--Continuação

#### 26.1 Remuneração da Administração--Continuação

Na mesma ocasião, foi aprovado o limite de remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para seu próximo mandato que se encerra na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017, fixado no limite de até R\$188.

#### 26.2 Participação nos lucros e resultado

A Companhia mantém um programa de remuneração variável que proporciona aos seus empregados e administradores, e aos de suas subsidiárias, o direito de participar nos lucros e resultados da Companhia.

Este programa está vinculado ao alcance de objetivos específicos, os quais são estabelecidos, acordados e aprovados pelo Conselho de Administração no início de cada ano.

6.178 10.988 (5.664)

	Controladora		Consolidade	
<u>-</u>	2016	2015	2016	
Diretoria Executiva Demais colaboradores	-	2.323 4.132	5.663 7.486	
Complemento (Reversão) de PLR	817	(5.664)	(2.028)	
-	817	791	11.121	

A participação nos lucros e resultados é calculada e provisionada com base no alcance das metas da Companhia no exercício. Após o encerramento do exercício é realizada a apuração do alcance das metas da Companhia, assim como das metas individuais dos colaboradores, e o pagamento deve ser realizado em abril de 2017.

# 27. Informações por segmento

A Administração da Companhia analisa os seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias demonstrações financeiras consolidadas, na mesma base que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento.

Como consequência, devido ao fato da Administração não utilizar qualquer sistema de informação diferente das informações trimestrais em 31 de dezembro de 2016 e 2015, nenhum relatório específico será demonstrado, como definido no CPC 22.

Quanto às informações sobre os principais clientes, em função da própria atividade imobiliária residencial com foco no segmento econômico, a Companhia não possui individualmente, clientes que representam mais de 10% da receita total consolidada.

# 28. Empreendimentos em construção - informações e compromissos

Em atendimento aos parágrafos 20 e 21 do ICPC 02, os valores de receitas reconhecidas e dos custos incorridos estão apresentados na demonstração de resultados e os adiantamentos recebidos na rubrica "Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes". A Companhia apresenta informações acerca dos empreendimentos em construção, em 31 de dezembro de 2016:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 28. Empreendimentos em construção - informações e compromissos--Continuação

	Consolidado
	2016
Receita de vendas a apropriar de unidades vendidas	255.448
Custo orçado a incorrer de unidades vendidas	(136.566)
Custo orçado a incorrer de unidades em estoque	(535.343)
(i)Receita de vendas a apropriar de unidades vendidas	
Empreendimentos em construção	
Receita de vendas contratadas	891.295
Receita de vendas apropriadas	(635.847)
Receita de vendas a apropriar (a)	255.448
(ii) Custos orçados a incorrer de unidades vendidas	
Empreendimentos em construção:	
Custo orçado das unidades	(537.058)
Custo incorrido das unidades	400.492
Custo orçado a incorrer (b)	(136.566)
(iii) Custos orçados a incorrer de unidades em estoques	
Empreendimentos em construção:	
Custo orçado das unidades (c)	(786.954)
Custo incorrido das unidades (d)	251.611
Custo orçado a incorrer (b)	(535.343)

As receitas de unidades vendidas a apropriar estão mensuradas pelo valor nominal dos contratos, acrescido de atualizações contratuais e deduzidos de distratos, não

Em 31 de dezembro de 2016, o percentual dos ativos consolidados nas demonstrações financeiras referentes a empreendimentos inseridos em estrutura de segregação patrimonial, era de 83,80% (53,73% em 2015).

# 29. Eventos subsequentes

Em 26 de janeiro de 2017, a Companhia contratou operação de CCB no montante de R\$21,8 milhões ao índice pós-fixado em CDI + 2,30% a.a. com o Banco Votorantim com vencimento em 31 de janeiro de 2018.

considerando os efeitos de impostos incidentes e ajuste a valor presente e não contemplam os empreendimentos que estão sob restrição por cláusula suspensiva (periodo legal de 180 dias que a Companhia pode cancelar uma incorporação) e portanto não apropriada ao resultado. Os custos orgados das unidades vendidas a incorrer não contemplam encargos financeiros, os quales são apropriados aos imóveis a comercializar e ao resultado (custo dos imóveis vendidos) proporcionalmente as unidades imobiliarias vendidas a medida que são incorridas, e também provisão para garantia, a qual é apropriada as unidades imobiliarias a medida de evolução de obra

O montante de R\$90.319 (R\$167.895 em 2015) refere-se ao custo orçado das unidades de empreendimentos cancelados ainda não distratadas junto aos respectivos clientes. O montante de R\$23.669 (R\$58.899 em 2015) refere-se ao custo incorrido das unidades de empreendimentos cancelados ainda não distratadas junto aos respectivos clientes.